

Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2208 Quarta-feira 25 de Março de 2010.

Poder Executivo



Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis
CNPJ: 03.940.848/0001-99
Telefone: (66) - 3439-3400

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2010.

Dispõe sobre a **NORMATIZAÇÃO** das atribuições da **COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO**, instituída pela **Resolução nº 028/2009** de 22.12.2009 e dá outras providências.

Os senhores **DARCI LOVATO** e **ALGACYR NUNES DA SILVA JUNIOR**, respectivamente, **Diretor-Presidente** e **Diretor Administrativo e Financeiro** da **CODER-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhes são conferidas pelo **artigo 13º, inciso IV e V do ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**, em consonância com aprovação do Conselho de Administração conforme ata nº **010/2009** de 21.12.2009, fundamentados nos artigos 70 e 74, inciso IV da Constituição Federal, artigo 52 da Constituição Estadual, Lei Complementar nº **59** de 20.01.2007, regulamentada pelo Decreto nº **5007** de 08.05.2008 e com a Resolução nº **028/2009**;

Considerando...

Que esta Companhia pela sua personalidade jurídica de **Sociedade de Economia Mista** é um órgão da **Administração Municipal Indireta**;

Considerando...

A necessidade de cumprimento de determinação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em conformidade com o **Guia para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública**, (incluindo órgãos da Administração Pública Indireta) aprovado pela **Resolução nº 012/2007 TCE-MT**;

Considerando...

A necessidade de se estabelecer critérios de normatização para a implementação do Controle Interno instituído nesta Companhia pela **Resolução nº 028/2009**;

Considerando...

Que a **COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO** foi instituída com respaldo no Guia supracitado em sua página 22 "Período de Transição", delibera-se a seguir as atribuições para que exerça suas funções de caráter preventivo e fiscalizador em todos os Departamentos da Companhia dentro das normas legais pertinentes;

RESOLVEM:

Art. 1º - O funcionamento da **COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO - CCI**, da Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis, deve estar sujeito ao disposto na **Lei Complementar nº 059** de 20/12/2007 (Lei que dispõe sobre a implantação do Sistema de Controle Interno - SCI), à legislação e normas regulamentares aplicáveis

Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1.411 - Bairro Cascadinho - Rondonópolis/MT

[Assinatura]

ao Município, ao conjunto de instruções normativas que compõem o **Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle** e às regras constantes desta Instrução Normativa.

Art. 2º - À **COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO - CCI** caberá a elaboração de **Manual de Rotinas e Procedimentos de Controle** por meio de instrução normativa para os respectivos departamentos existentes na Companhia.

Parágrafo único - A Comissão de Controle Interno, encaminhará à aprovação da diretoria, a minuta do Manual de Rotinas e Procedimentos de Controle a serem observados em cada departamento da Companhia.

Art. 3º - Na definição dos procedimentos de controle, deverão ser priorizados os controles preventivos, destinados a evitar a ocorrência de erros, desperdícios, irregularidades ou ilegalidades, sem prejuízo de controles corretivos, exercidos após a ação.

Art. 4º - São atribuições da **COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO-CCI**, além das mencionadas no caput desta Instrução Normativa, também as seguintes:

I - Coordenar o processo de desenvolvimento, implementação ou atualização do **Manual de Rotinas e Procedimentos de Controle**;

II - Exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância do Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle a que a sua unidade esteja sujeita e propor o seu constante aprimoramento;

III - encaminhar à diretoria, na forma documental, as situações de irregularidades ou ilegalidades que vierem a seu conhecimento mediante denúncias ou outros meios, juntamente com indício de provas;

IV - Adotar providências para as questões relacionadas ao Tribunal de Contas do Estado afetas à Companhia;

V - Reportar à diretoria, as situações de ausência de providências para a apuração e / ou regularização de desconformidades.

Art. 5º - As atividades de auditoria interna a que se refere o Inciso V, do art. 5º da Lei Complementar nº 059 de 20/12/2007, terão como enfoque a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles.

§ 1º À CCI caberá a elaboração do Manual de Auditoria Interna, que especificará os procedimentos e metodologia de trabalho a serem observados pela Comissão e que será submetido à aprovação da diretoria, documento que deverá tomar como orientação as Normas Brasileiras para o Exercício das Atividades de Auditoria Interna e respectivo Código de Ética, aprovados pelo Instituto Brasileiro de Auditoria Interna - AUDIBRA.

2

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
Vice-Prefeita _____ Marília Salles
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Neuma de Moraes
Secretaria Municipal de Administração _____ Gerson Araujo de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ Valdir Correa
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ Valdemir Castilho Soares
Secretaria Municipal de Educação _____ Marilda Soares Rufino
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Susan Meire Moretti Binha
Secretaria Municipal de Finanças _____ Adão Nunes
Secretaria Municipal de Governo _____ Milton Gomes da Costa
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Ronaldo Sedy Iticava Uramoto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Lindomar Alves da Silva
Secretaria Municipal de Planejamento _____ Antonio Augusto Miranda
Secretaria Municipal de Receita _____ Regina Celi Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde _____ Valdecir Feltrin
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano _____ Donizete A A de Souza
Procuradoria Geral do Município _____ Efraim Alves dos Santos
CODER Cia Desenvolvimento Rondonópolis _____ Darci Lovato
Diário Oficial do Município _____ Anna Clara Quintana
IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva
SANEAR _____ Terezinha Silva Souza
ServSaúde _____ Vilmondes Aripio da Silva Luz

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: **Milton Gomes da Costa**
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		

Assinatura Semestral

Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros:
por meio de link de coluna

§ 2º Até o último dia útil de cada ano, a Comissão de Controle Interno deverá elaborar e dar ciência a diretoria, o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para o ano seguinte, observando metodologia e critérios estabelecidos no Manual de Auditoria Interna.

§ 3º À CCI é assegurada total autonomia para a elaboração do PAAI, podendo, no entanto, obter subsídios junto a diretoria e demais gerentes de departamento, objetivando maior eficácia da atividade de auditoria interna.

§ 4º Para a realização de trabalhos de auditoria interna em áreas, programas ou situações específicas, cuja complexidade ou especialização assim justifique, a CCI poderá requerer a diretoria, colaboração técnica de funcionários ou a contratação de terceiros.

Art. 6º Qualquer funcionário é parte legítima para denunciar a existência de irregularidades ou ilegalidades, podendo fazê-lo diretamente à CCI, sempre por escrito e com clara identificação do denunciante, da situação constatada e da(s) pessoa(s) envolvida(s), anexando, ainda, indícios de comprovação dos fatos denunciados.

Parágrafo único – é de responsabilidade da CCI, de forma motivada, acatar ou não a denúncia, podendo efetuar averiguações para confirmar a existência da situação apontada pelo denunciante.

Art. 7º - Para o bom desempenho de suas funções, caberá à CCI solicitar, ao responsável, o fornecimento de informações ou esclarecimentos e / ou adoção de providências.

Art. 8º - Se em decorrência dos trabalhos de auditoria interna, de denúncias ou de outros trabalhos ou averiguações executadas pela CCI, forem constatadas irregularidades ou ilegalidades, a esta caberá alertar formalmente a autoridade administrativa competente indicando as providências a serem adotadas.

Parágrafo único – Fica vedada a participação de servidores lotados na CCI em comissões inerentes a processos administrativos ou sindicâncias destinadas a apurar irregularidades ou ilegalidades, assim como, em comissões processantes de tomadas de contas especiais.

Art. 9º - O responsável pela CCI deverá representar ao TCE/MT, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração.


Art. 10 -Fica atribuída à referida Comissão, a garantia de autonomia plena para exercer as funções a ela delegadas, em todos os departamentos da Companhia, devendo haver receptividade e cooperação por parte dos Gerentes dos respectivos Departamentos e/ou Divisões de serviços.

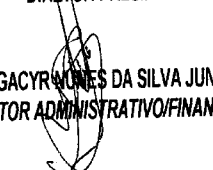
Art. 11 - Caberá à CCI prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos desta Instrução Normativa.

Art. 12 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.

Rondonópolis-MT, 26 de abril de 2010.


DARCI LOVATO
DIRETOR-PRESIDENTE


ALGACYR NUNES DA SILVA JUNIOR
DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

Em
branco